

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – ABRIL 2023

ICMS	2
LEGISLAÇÃO	2
JURISPRUDÊNCIA	4
IPI	5
JURISPRUDÊNCIA	5
IR E CSLL	6
LEGISLAÇÃO	6
JURISPRUDÊNCIA	6
PIS E COFINS	9
JURISPRUDÊNCIA	9
DIVERSOS	12
LEGISLAÇÃO	12
JURISPRUDÊNCIA	12

ICMS

LEGISLAÇÃO

1. MG – EMISSÃO DE MDF-E, CT-E E CT-E OS – PROCEDIMENTOS – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/MG
 - **Decreto nº 48.605, de 17 de abril de 2023 (DOE-MG 18.04.23)**
2. MS - CÓDIGOS FISCAIS DE OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES (CFOP) – NOVA LISTAGEM – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO ANEXO XV DO RICMS/MS
 - **Decreto nº 16.152, de 05 de abril de 2023 (DOE-MS 10.04.23)**
3. MS – AQUISIÇÃO DE BENS E MERCADORIAS E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS DECORRENTES DE OPERAÇÕES INTERESTADUAIS, POR CONTRIBUINTE DE IMPOSTO – BASE DE CÁLCULO DO DIFAL
 - **Instrução Normativa nº 04, de 30 de março de 2023 (DOE-MS 05.04.23)**
4. MT – AUTORIZAÇÃO PARA A CONCESSÃO DE ANISTIA E REMISSÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS POR DESCUMPRIMENTO DE REQUISITOS FORMAIS PARA FRUIÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO E DE BENEFÍCIOS FISCAIS
 - **Convênio ICMS nº 32, de 14 de abril de 2023 (DOU 17.04.23)**
5. MT - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS (REFIS-MT E REFIS-EXTRAORDINÁRIO) – PRAZO PARA ADESÃO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NOS DECRETOS NºS 704/2016 E 905/2021
 - **Decreto nº 251, de 28 de abril de 2023 (DOE-MT 28.04.23)**
 - **Decreto nº 254, de 28 de abril de 2023 (DOE-MT 28.04.23)**
6. MT – PORTAL DE AUTORREGULARIZAÇÃO DO CONTRIBUINTE (PAC) – INSTITUIÇÃO
 - **Portaria nº 68, de 05 de abril de 2023 (DOE-MT 17.04.23)**
7. PR - PRESTAÇÕES DE SERVIÇO DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL DE MERCADORIAS DESTINADAS AO EXTERIOR - NÃO INCIDÊNCIA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/PR
 - **Decreto nº 1.409, de 13 de abril de 2023 (DOE-PR 13.04.23)**
8. RS – ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - REGISTROS E111 E E113 – CÓDIGOS DE AJUSTES – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA DRP Nº 45/1998
 - **Instrução Normativa RE nº 27, de 10 de abril de 2023 (DOE-RS 12.04.23)**

9. SE – ALÍQUOTA APLICÁVEL NAS OPERAÇÕES INTERNAS E ADICIONAL DESTINADO AO FUNDO DE COMBATE À POBREZA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA LEGISLAÇÃO DO ICMS/SE
- **Decreto nº 289, de 19 de abril de 2023 (DOE-SE 20.04.23)**
 - **Decreto nº 295, de 28 de abril de 2023 (DOE-SE 29.04.23)**
 - **Instrução Normativa nº 04, de 04 de abril de 2023 (DOE-SE 05.04.23)**
- 10.SP - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO - BASE DE CÁLCULO E MVA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA PORTARIA CAT Nº 08/2023
- **Portaria SRE nº 26, de 31 de março de 2023 (DOE-SP 01.04.23)**
- 11.SP - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM FERRAMENTAS E CONGÊNERES - BASE DE CÁLCULO E MVA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA PORTARIA CAT Nº 14/2023
- **Portaria SRE nº 27, de 31 de março de 2023 (DOE-SP 01.04.23)**
- 12.SP - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM PRODUTOS ELETRÔNICOS, ELETROELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS – BASE DE CÁLCULO E MVA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA PORTARIA CAT Nº 10/2020
- **Portaria SRE nº 29, de 27 de abril de 2023 (DOE-SP 28.04.23; republicação 29.04.23)**
- 13.SP - PROJETOS CULTURAIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE AÇÃO CULTURAL (PAC) E PROJETOS DESPORTIVOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE INCENTIVO AO ESPORTE (PIE) – FIXAÇÃO DE DATA INICIAL PARA DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA APOIO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 2023
- **Resolução SFP nº 19, de 12 de abril de 2023 (DOE-SP 13.04.23)**
- 14.SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM AUTOPEÇAS – MVA-ST – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NOS PROTOCOLOS ICMS NºS 41/2008 E 97/2010
- **Protocolo ICMS nº 05, de 06 de abril de 2023 (DOU 10.04.23)**
 - **Protocolo ICMS nº 06, de 06 de abril de 2023 (DOU 10.04.23)**
- 15.NF-E – EVENTO DE CONCILIAÇÃO FINANCEIRA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO AJUSTE SINIEF Nº 07/2005
- **Ajuste SINIEF nº 03, de 14 de abril de 2023 (DOU 19.04.23)**
- 16.CT-E – PROCEDIMENTOS PARA EMISSÃO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO AJUSTE SINIEF Nº 09/2007
- **Ajuste SINIEF nº 12, de 14 de abril de 2023 (DOU 19.04.23)**

17. CT-E – EMISSÃO – DIVULGAÇÃO DE ALTERAÇÕES NAS REGRAS DE VALIDAÇÃO

- **Publicação da NT 2023.001 Versão 1.01**

18. CT-E – EMISSÃO – DIVULGAÇÃO DA ESPECIFICAÇÃO DO EVENTO DE INSUCESSO NA ENTREGA

- **Publicação da NT 2023.002 Versão 1.01**

JURISPRUDÊNCIA

19. TRANSFERÊNCIA DE MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS – NÃO INCIDÊNCIA – DIREITO À TRANSFERÊNCIA DOS CRÉDITOS ENTRE OS ESTABELECIMENTOS – VALIDADE A PARTIR DE JANEIRO DE 2024

- **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

20. FUNDEINFRA – CONSTITUCIONALIDADE – REVOGAÇÃO DA MEDIDA LIMINAR

- **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

IPI

JURISPRUDÊNCIA

1. ZONA FRANCA DE MANAUS – EXTENSÃO DE ISENÇÃO E DE SUSPENSÃO A PRODUTOS ESTRANGEIROS NACIONALIZADOS E REVENDIDOS PARA DESTINATÁRIOS NA ZFM DESDE QUE HOVER IGUALDADE DE TRATAMENTO EM RELAÇÃO AOS PRODUTOS BRASILEIROS EXPORTADOS AO PAÍS DE ORIGEM DOS PRODUTOS
 - **Solução de Consulta nº 10009, de 11 de abril de 2023 (DOU 12.04.23)**

IR E CSLL

LEGISLAÇÃO

1. LUCROS NO EXTERIOR – PRORROGAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE CONSOLIDAÇÃO DE RESULTADOS – PRORROGAÇÃO DE CRÉDITO PRESUMIDO PARA A INDÚSTRIA EM GERAL – CONVERSÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.148
 - **Lei nº Medida Provisória nº 14.547, de 13 de abril de 2023 (DOU 14.04.23)**
2. IRPF – REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE INVESTIMENTOS EM APLICAÇÕES FINANCEIRAS, CONTROLADAS E TRUSTS NO EXTERIOR – ATUALIZAÇÃO DA TABELA PROGRESSIVA
 - **Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023 (DOU 30.04.23)**

JURISPRUDÊNCIA

3. INCENTIVOS FISCAIS DE ICMS – REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO, REDUÇÃO DE ALÍQUOTA, ISENÇÃO, DIFERIMENTO, ENTRE OUTROS (EXCETO CRÉDITO PRESUMIDO) – NÃO INCIDÊNCIA SE ATENDIDOS OS REQUISITOS LEGAIS (ART. 30, §2º, DA LEI Nº 12.973)
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
4. EMISSÃO DE DEBENTURES PARA ACIONISTAS – REMUNERAÇÃO BASEADA EM LUCROS - INDEDUTIBILIDADE
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região**
5. IMPOSTO SOBRE LUCROS DE CONTROLADAS NO EXTERIOR - COMPENSAÇÃO ADMITIDA NO BRASIL, AINDA QUE A EXTINÇÃO DO IMPOSTO NO EXTERIOR TENHA OCORRIDO POR MEIO DE COMPENSAÇÃO
 - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
6. COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZO FISCAL INTEGRAL – EXTINÇÃO POR INCORPORAÇÃO - POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

7. IMPOSTO SOBRE LUCROS DE CONTROLADAS NA ARGENTINA – TRATADO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO DE RENDA - COMPENSAÇÃO NO BRASIL – NECESSIDADE DE CERTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO ARRECADADOR
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
8. CONFRATERNIZAÇÃO DE FIM DE ANO ENTRE EMPREGADOS – DESPESA NECESSÁRIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
9. DEDUÇÃO DE IRRF SOBRE RECEITAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS – RETENÇÃO POR CAIXA E TRIBUTAÇÃO PELO IRPJ POR COMPETÊNCIA EM PERÍODOS ANTERIORES – COMPROVAÇÃO – DEDUÇÃO ADMITIDA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
10. INCENTIVO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – DISPÊNDIOS CONTROLADOS EM CONTAS ESPECÍFICAS – REQUISITO PARA FRUIÇÃO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
11. CRÉDITO PRESUMIDO DE IMPOSTO – TRATADO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO – DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO
 - **Solução de Consulta nº 74, de 31 de abril de 2023 (DOU 04.04.23)**
12. IRRF – LICENÇA DE USO DE SOFTWARE – CUSTOMIZADO OU NÃO - INCIDÊNCIA
 - **Solução de Consulta nº 75, de 31 de março de 2023 (DOU 11.04.23)**
13. IRPF – ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA – VALOR DE ALIENAÇÃO A SER DEFINIDO NO FUTURO – NECESSIDADE DE RECÁLCULO DO GANHO DE CAPITAL
 - **Solução de Consulta nº 82, de 4 de abril de 2023 (DOU 12.04.23)**
14. IRRF – PLANOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA CONCEDIDOS EXCLUSIVAMENTE A DIRIGENTES, DIRETORES ESTATUTÁRIOS E SUPERINTENDENTES EXECUTIVOS – REMUNERAÇÃO INDIRETA – INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativa de Recursos Fiscais**
15. LUCRO PRESUMIDO – SOCIEDADE MÉDICA REGISTRADA COMO SOCIEDADE SIMPLES – POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO DE 8%
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
16. REMESSAS PARA PAGAMENTOS RELACIONADOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIGAÇÕES INTERNACIONAIS – INCIDÊNCIA DE IRRF
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

17. IRRF SOBRE RENDIMENTOS COM EXIGIBILIDADE SUSPensa PELO DEPÓSITO – APROVEITAMENTO DO IRRF – IMPOSSIBILIDADE

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

18. TAXA SELIC INCIDENTE SOBRE DEPÓSITOS JUDICIAIS – TRIBUTAÇÃO

- **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

19. GANHO DE CAPITAL – APURAÇÃO DE ACORDO COM O CUSTO CONTÁBIL – INAPLICABILIDADE DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL AOS TÍTULOS PATRIMONIAIS DAS BOLSAS DE VALORES

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

20. IRPF – PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL – CONFIGURAÇÃO DE ALIENAÇÃO – IRRELEVÂNCIA DE DISTRATO SUPERVENIENTE – IMPOSSIBILIDADE DE RETIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE

- **Solução de Consulta nº 76, de 03 de abril de 2023 (DOU 18/04/2023)**

21. LUCRO PRESUMIDO – RECEBIMENTO DE PRODUTOS UTILIZADOS NA ATIVIDADE – FINALIDADE DE FIDELIZAÇÃO – VALOR DOS PRODUTOS CLASSIFICADO COMO OUTRAS RECEITAS

- **Solução de Consulta nº 83, de 04 de abril de 2023 (DOU 06.04.23)**

22. ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS – VENDA DE SUVENIRES – MANUTENÇÃO DE ISENÇÃO SE NÃO EXTRAPOLAR OS OBJETIVOS SOCIAIS, HOVER REVERSÃO DOS RESULTADOS PARA A ATIVIDADE SOCIAL, NÃO HOVER CONCORRÊNCIA DESLEAL, COM CUMPRIMENTO DOS DEMAIS REQUISITOS LEGAIS

- **Solução de Consulta nº 68, de 24 de março de 2023 (DOU 12.04.23)**

23. DIFERENÇA DE VALOR APURADA ENTRE A DATA DE FECHAMENTO DO CONTRATO DE CÂMBIO E A DATA DO EMBARQUE – CARACTERIZAÇÃO DE VARIAÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE SER CONSIDERADA NA DETERMINAÇÃO DA RECEITA DE EXPORTAÇÃO

- **Solução de Consulta nº 84, de 12 de abril de 2023 (DOU 18.04.23)**

24. IRPF – RENDIMENTOS PAGOS A MAIOR – DEVOLUÇÃO POSTERIOR AO FINAL DO ANO-CALENDÁRIO – IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE – POSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO POSTERIOR CONFORME OCORREREM NOVOS RECEBIMENTOS – RESTITUIÇÕES INDEVIDAS – NECESSIDADE DE INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO

- **Solução de Consulta nº 78, de 03 de abril de 2023 (DOU 12.04.23)**

PIS E COFINS

JURISPRUDÊNCIA

1. DESCONTOS E BONIFICAÇÕES – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
2. ICMS NA BASE DOS CRÉDITOS DA NÃO-CUMULATIVIDADE – INCONSTITUCIONALIDADE DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.159
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região**
3. IMPORTAÇÃO DE BENS DE PAÍSES SIGNATÁRIOS DO GATT PARA USO, CONSUMO E REVENDA NA ZFM - INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**
4. CRÉDITOS DA NÃO-CUMULATIVIDADE – SEGURO NA ARMAZENAGEM – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
5. CRÉDITOS DA NÃO-CUMULATIVIDADE – TAXA DE CONDOMÍNIO - IMPOSSIBILIDADE
 - **Solução de Consulta nº 4.011, de 14 de abril de 2023 (DOU 18.04.23)**
6. ATIVIDADE DE TRANSPORTE MULTIMODAL – MERCADORIAS EM TRÂNSITO ADUANEIRO PARA POSTERIOR EXPORTAÇÃO – TRANSPORTE EM TERRITÓRIO NACIONAL – INCIDÊNCIA. INAPLICABILIDADE DA SUSPENSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVISTA PARA FRETE CONTRATADO POR PJPE ÀS RECEITAS DE TRANSPORTADOR SUBCONTRATADO PARA TRANSPORTE EM TERRITÓRIO NACIONAL
 - **Solução de Consulta nº 73, de 29 de março de 2023 (DOU 03.04.23)**
7. FRETE NA AQUISIÇÃO DE INSUMOS TRIBUTADOS À ALÍQUOTA ZERO – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
8. EMBALAGENS DE TRANSPORTE – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
9. REDUÇÃO DE PERCENTUAL DE BENEFÍCIO FISCAL – OBRIGATORIEDADE DE OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE NONAGESIMAL
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

10. FRETE NA TRANSFERÊNCIA DE MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS – MOVIMENTAÇÃO OCORRIDA EM CONTEXTO DE VENDA – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
11. FRETE NA TRANSFERÊNCIA DE PRODUTOS ACABADOS ENTRE ESTABELECIMENTOS – IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
12. AQUISIÇÕES DE PESSOAS JURÍDICAS INAPTAS – IMPOSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
13. DESPESAS COM PALLETS UTILIZADOS NA ARMAZENAGEM DE MATÉRIAS-PRIMAS E MERCADORIAS PRODUZIDAS DESTINADAS À VENDA – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
14. ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA PELA AUTORIDADE JULGADORA – IMPOSSIBILIDADE – COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA AUTORIDADE LANÇADORA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
15. COMPENSAÇÃO – DECISÃO JUDICIAL QUE RECONHECE O DIREITO À COMPENSAÇÃO APENAS COM MESMA ESPÉCIE DE TRIBUTO – COMPENSAÇÃO COM DIFERENTES ESPÉCIES – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
16. TAXA SELIC NA REPETIÇÃO DO INDÉBITO – INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
17. ICMS-ST – INCLUSÃO NO CUSTO DE AQUISIÇÃO – POSSIBILIDADE DE ADIÇÃO AO CÁLCULO DO CRÉDITO
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
18. LUCRO PRESUMIDO RECEBIMENTO DE PRODUTOS UTILIZADOS NA ATIVIDADE – FINALIDADE DE FIDELIZAÇÃO – FATO QUE POR SI SÓ NÃO DESCARACTERIZA A DOAÇÃO – NÃO CONFIGURAÇÃO DE RECEITA BRUTA SE NÃO HOUVER CONDIÇÕES PRÉVIAS
 - **Solução de Consulta nº 83, de 04 de abril de 2023 (DOU 06.04.23)**
19. TRIBUTAÇÃO CONCENTRADA – IMPORTAÇÃO POR CONTA E ORDEM DE TERCEIRO: SUJEITO PASSIVO É O EFETIVO ADQUIRENTE DA MERCADORIA, AGINDO O IMPORTADOR COMO MERO INTERMEDIÁRIO. IMPORTAÇÃO POR ENCOMENDA: SUJEITO PASSIVO É O IMPORTADOR CONTRATADO PARA REALIZAR A IMPORTAÇÃO

- **Solução de Consulta nº 65, de 21 de março de 2023 (DOU 12.04.23)**

20. ALÍQUOTA ZERO NA IMPORTAÇÃO DE PAPEL DESTINADO À IMPRESSÃO DE JORNAIS E PERIÓDICOS – ENCERRAMENTO DO BENEFÍCIO EM 30 DE ABRIL DE 2016

- **Solução de Consulta nº 99002, de 30 de março de 2023 (DOU 03.04.23)**

DIVERSOS

LEGISLAÇÃO

1. CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – REGULAMENTAÇÃO
 - **Portaria RFB nº 309, de 31 de março de 2023 (DOU 03.04.23)**
2. SEGURO GARANTIA E FIANÇA BANCÁRIA – REGULAMENTAÇÃO
 - **Portaria RFB nº 315, de 14 de abril de 2023 (DOU 17.04.23)**
3. MT - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS NÃO TRIBUTÁRIOS (“REGULARIZE”) – PRAZO PARA ADESÃO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO DECRETO Nº 1.285/2017
 - **Decreto nº 253, de 28 de abril de 2023 (DOE-MT 28.04.23)**
4. SÃO PAULO - MODALIDADE DE TRANSAÇÃO POR ADESÃO A PROPOSTA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO NA COBRANÇA DE CRÉDITOS MUNICIPAIS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA - DISCIPLINA
 - **Portaria PGM nº 48, de 10 de abril de 2023 (DOM-SP 11.04.23)**

JURISPRUDÊNCIA

5. SCP – INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS REALIZADO PELO SÓCIOS OSTENSIVO - DESCONSIDERAÇÃO
 - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
6. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS – EMPRESA COM DÉBITOS COM A UNIÃO – APLICAÇÃO DE MULTA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
7. ITCMD – TRUST INSTITUÍDO NO EXTERIOR – DOAÇÃO PARA RESIDENTE NO ESTADO DE SÃO PAULO - INCIDÊNCIA
 - **Resposta à Consulta Tributária nº 25.343, de 31 de março de 2023 (DOE-SP 04.04.23)**
8. PREVISÃO LEGAL DE POSSIBILIDADE DE MODULAÇÃO DE EFEITOS – CONSTITUCIONALIDADE
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

9. REFIS – EXCLUSÃO EM VIRTUDE DO PAGAMENTO DE PARCELAS “ÍNFIMAS” – IMPOSSIBILIDADE DESDE QUE ATENDIDOS OS PERCENTUAIS PREVISTOS NO PROGRAMA
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
10. PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DE PER/DCOMP – COMPETÊNCIA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL PARA ANÁLISE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
11. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – EQUIPARAÇÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO A ALIMENTAÇÃO *IN NATURA* – NÃO INCIDÊNCIA AINDA QUE NÃO INSCRITO NO PAT
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
12. REMESSAS PARA PAGAMENTOS RELACIONADOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIGAÇÕES INTERNACIONAIS – INCIDÊNCIA DE CIDE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
13. TAXA DE SERVIÇO DE SEGREGAÇÃO E ENTREGA DE CONTÊINERES (SSE – THC 2) – LEGITIMIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
14. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLR – DIRETORES NÃO EMPREGADOS – INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
15. PENHORA DE SALÁRIO – POSSIBILIDADE DE INOBSERVÂNCIA DO LIMITE DE 50 SALÁRIOS-MÍNIMOS – NECESSIDADE, APENAS, DE GARANTIA DE “MÍNIMO EXISTENCIAL”
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
16. CRIAÇÃO DE PARQUE NACIONAL – DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA DOS BENS IMÓVEIS LOCALIZADOS NA ÁREA DELIMITADA
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
17. TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA – MODALIDADE SIMPLIFICADA – VEDAÇÃO AO USO DE PREJUÍZO FISCAL E BASE DE CÁLCULO NEGATIVA DA CSLL – LIMITAÇÃO ILEGÍTIMA – OFENSA À ISONOMIA BEM COMO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE EM VIRTUDE DA RESTRIÇÃO DECORRENTE APENAS DE NORMA INFRALEGAL
 - **Precedente da Justiça Federal de Bauru**
18. ITR – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – IMÓVEL EM PARQUE ESTADUAL CRIADO ANTES DO FATO GERADOR – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
19. IMPENHORABILIDADE DE BEM DE FAMÍLIA PERTENCENTE A PATRIMÔNIO DE PESSOA JURÍDICA – POSSIBILIDADE

- **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

20. ITR – PAGAMENTO ANTECIPADO – APLICAÇÃO DO PRAZO DECADENCIAL DO ARTIGO 150, § 4º DO CTN

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

21. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – GILRAT – ATIVIDADE PREPONDERANTE – RELEVÂNCIA DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ESTABELECIMENTO INDEPENDENTEMENTE DO CNAE PRINCIPAL

- **Solução de Consulta nº 79, de 03 de abril de 2023 (DOU 14.04.23)**